PROVIMENTO Nº 117/2004

Fixa procedimento a ser adotado pelos MM. Juízes Diretores de Foro das Comarcas do Estado de Minas Gerais, para fins de cumprimento dos dispositivos da [Resolução nº 252/93](#).

O Excelentíssimo Desembargador Isalino Lisbôa, CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei, e

CONSIDERANDO que a [Res. nº 252/93](#), da Corte Superior do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, autorizou a transferência de autos judiciais definitivamente arquivados para Museus Públicos ou entidades assemelhadas;

CONSIDERANDO que aludida norma administrativa foi editada em 30 de novembro de 1993, com vigência 30 (trinta) dias após sua publicação;

CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral de Justiça e o Tribunal de Justiça deste Estado vêm realizando estudos para implementação daquela regra, bem como de outras medidas para equacionar a preservação do acervo de cunho histórico com a exiguidade de espaços físicos nos prédios dos Fóruns;

CONSIDERANDO, a teor do contido no [Aviso nº 3](#), de 19/02/1999, que, por força do disposto na [Resolução nº 344](#), de 28/12/98, da Egrégia Corte Superior do Tribunal de Justiça, publicada no "MG" de 30/12/98, que suspendeu a vigência da [Resolução nº 267/94](#) ("Dispõe sobre incineração de autos judiciais findos"), os Provimentos de [nº 9](#), de 07/03/97 e [nº 13](#), de 23/05/97, desta Corregedoria, também estão com vigência suspensa.

CONSIDERANDO, ainda, que mencionado [Aviso](#) outrossim, informa que a [Resolução nº 252](#), de 25/05/93, que "autoriza transferência de autos judiciais definitivamente arquivados para Museus Públicos ou entidades oficiais assemelhadas, nas hipóteses que especifica", continua com vigor pleno.

CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral de Justiça tem funções administrativas perante os Órgãos de sua Secretaria e nos de jurisdição de primeiro grau, inclusive no tocante ao cumprimento de comandos editados pela Corte Superior;

CONSIDERANDO que ao Corregedor-Geral de Justiça é autorizado pelo [Regimento Interno do Tribunal](#) de Justiça (art. 16, XIV) a editar Provimento cujo cumprimento tem caráter obrigatório, em matéria de sua competência;

CONSIDERANDO que a [Resolução nº 252/93](#) elegeu o Corregedor-Geral de Justiça como ouvidor imperativo e precedente à transferência de autos de processos judiciais findos (artigos 1º, 2º e 3º);

RESOLVE:

RECOMENDAR aos MM. Juízes Diretores de Foro das Comarcas do Estado de Minas Gerais, que dêem execução à [Resolução nº 252/93](#), instaurando procedimento administrativo para fins de cadastramento e catalogação de Museus Públicos e as Entidades Assemelhadas, em especial as Faculdades mantenedoras de curso de direito, interessadas na contratação, por comodato, da cessão de autos judiciais findos, com decisão judicial definitiva proferida há mais de 20 (vinte) anos;

ORIENTAR aos MM. Juízes Diretores do Foro que procedam à vistoria pessoal junto à Entidade, especificamente da estrutura reservada para a guarda, podendo se fazer acompanhar de pessoa com conhecimento técnico, e delas elaborar relatório circunstanciado, dirigido ao Corregedor-Geral de Justiça, descrevendo o local onde deverão ser guardados os autos, com atenção à área disponível, condições de segurança e demais detalhes relevantes;

ORIENTAR aos MM. Juízes que relacionem os autos de processos judiciais, podendo ser constituído Grupo de Triagem, a ser integrado por cidadãos conhecedores da história local, observando-se a impossibilidade da cessão de autos cujo trâmite mereceu sigilo de justiça, ouvindo a Superintendência da Memória do Judiciário Mineiro, detentora do direito de preferência da guarda;

ORIENTAR aos MM. Juízes que os autos de processos judiciais findos que não tenham sido objeto de preferência da Superintendência da Memória do Judiciário, deverão ser relacionados em expediente administrativo, com os relatórios circunstanciados, termos respectivos e expressa manifestação de conveniência da cessão firmada pelo Juiz e do período dela, o qual será remetido ao Corregedor-Geral que, estando de acordo, autorizará o Diretor do Foro a proceder, com as cautelas necessárias, à definitiva entrega do acervo documentada em contrato padrão a ser editado pela Corregedoria-Geral, e contra recibo discriminativo de toda a documentação transferida.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2004.

Desembargador ISALINO LISBÔA
Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais